

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **MUNICÍPIO DE FAFE** as quais compreendem o Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 119.893.457,30 euros e um total de fundos próprios de 82.623.635,29 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.077.642,82 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 32.712.971,28 euros de despesa paga e um total de 34.737.881,15 euros de receita cobrada bruta) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE FAFE** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Man

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- A Certificação Legal das Contas de 2014 incluiu uma limitação relacionada com os bens do imobilizado que foram cedidos no âmbito do contrato de concessão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água em baixa e transferidos no âmbito do contrato de sistema de água e saneamento em alta, uma vez que não foram objeto de amortização e os bens integrados na concessão até 31-12-2001 encontravam-se registados a valor zero. Conforme se encontra divulgado no ponto 8.2.2 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no presente exercício o Município valorizou e registou contabilisticamente estes bens, bem como contabilizou as regularizações de exercícios anteriores relacionadas com amortizações e transferência para proveitos dos subsídios ao investimento conexos. Por este facto, o Ativo diminuiu cerca de 1.953 milhares de euros, dos quais 1.275 milhares de euros com impacto no Capital Próprio (o resultado líquido diminuiu globalmente cerca de 236 milhares de euros relacionado com a contabilização de amortizações no montante de 255 milhares de euros e com registo de proveitos associados à reposição de subsídios ao investimento no montante de 19 milhares de euros) e 678 milhares de euros no Passivo (Subsídios ao investimento).

- Conforme se encontra divulgado no mesmo ponto 8.2.2 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o Município registou na rubrica de Resultados Transitados regularizações relacionadas com a especialização do valor do IMI e Derrama de 2014 cobrado em 2015 no montante líquido de cerca 4.721 milhares de euros, tendo igualmente especializado na conta de Acréscimos de Proveitos o montante de cerca de 4.581 milhares de euros referentes a IMI e Derrama de 2015 que preveem cobrar em 2016.



Mgi & Associados, SROC, Lda.
Inscrição na OROC N.º 78
Registo na CMVM N.º 251

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 14 de Abril de 2016

Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira

MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira